

# Assembleia Geral Virtual Amanhã, 14/9, 14h, via Zoom Pauta: Acordo Coletivo

**Link para a Assembleia: <https://bit.ly/3tLP1Op>**

## Reunião do CDB discute Acordo Coletivo e aprova propostas a serem levadas para a Assembleia!

Na reunião do Conselho Diretor de Base do Sintusp ocorrida na sexta, dia 10, houve uma discussão inicial acerca da renovação do Acordo Coletivo, cuja vigência vai até 30 de setembro. A Copert agendou reunião apenas para o dia 15 de setembro para discussão do Acordo, o que torna o prazo muito pequeno para promovermos discussões mais profundas com o conjunto da categoria.

Muitas falas apontaram para as dificuldades do momento trazidas pela pandemia. Embora tenhamos conseguido, mesmo com essa situação, manter a organização da categoria, com reuniões de unidade regulares, Assembleias virtuais (em muitos casos até maiores que as presenciais), eleição de um novo CDB e reuniões regulares deste colegiado, é inegável que a dispersão gerada por diferentes formas de trabalho durante a pandemia (alguns setores permaneceram em atividade presencial durante toda a pandemia, outros em permanência e domicílio ou em teletrabalho, e outros ainda em formas híbridas) dificulta a mobilização.

Com base nesse diagnóstico, e ainda considerando as múltiplas demandas que temos neste momento (luta contra o retorno presencial, campanha salarial, discussão sobre a Carreira, dentre outras), a diretoria do sindicato apresentou, e o CDB aprovou, a proposta de renovarmos o Acordo Coletivo nos termos atuais, tentando negociar ainda alguns pontos que já aprovamos em anos anteriores, como as demandas relacionadas a atendimento de saúde. E deixaremos acordado com a reitoria a possibilidade de discutirmos aditivos ao acordo mais para frente, possivelmente após a pandemia, sobre temas que ainda não temos um debate mais aprofundado ou consolidado na categoria, como por exemplo a questão do teletrabalho. Levaremos essa proposta para discussão e deliberação à Assembleia deste dia 14.

Um tema que não discutimos com profundidade foi o tratamento que será dado às horas negativas/positivas do atual banco de horas. Temos que formular alguma proposta até a Assembleia.

## **CDB também reafirma que é necessário aprofundarmos a discussão sobre Teletrabalho e seus efeitos!**

Na reunião do CDB também houve uma discussão sobre a questão do teletrabalho para além da pandemia, como um regime alternativo de trabalho. Iniciamos essa discussão há cerca de dois meses, antes da renovação do conselho, conforme divulgamos no [boletim 44](#), que pode ser visto no link: <https://bit.ly/2XcM5Ow>

Realizamos um primeiro debate público sobre o tema em uma [live](#), que pode ser revista no link: <https://bit.ly/3hgFBCJ>. Também constituímos um Grupo de Trabalho cujo objetivo inicial é fazer um levantamento de legislação e de experiências de outras categorias, bem como produções científicas

sobre o tema. No entanto, sobretudo pelas inúmeras demandas que se aprofundaram no último período, a discussão nesse Grupo de Trabalho não avançou, e o debate no conjunto da categoria ainda é muito inicial e superficial.

Nesse sentido, o CDB avaliou, por um lado, que seria muito precipitado pautarmos uma questão controversa e complexa como essa de afogadilho já para o atual Acordo Coletivo. Por outro lado, houve também acordo geral que é necessário avançarmos nesse debate na categoria, tanto reativando o Grupo de Trabalho quando realizando mais debates abertos.

## **Reunião com a Copert sobre Retorno Presencial não avança na resolução de demandas da categoria!**

Quando fomos recebidos pela famigerada Comissão Assessora para o “retorno seguro”, foi-nos dito que as demandas que tivéssemos sobre o tema deveriam ser levadas para a Copert. Por essa razão, solicitamos uma reunião extraordinária da Copert para tratarmos do Retorno Presencial, e esta ocorreu na última sexta, dia 10.

A posição da nossa categoria, definida e reafirmada em várias Assembleias, é que somos contrários ao retorno presencial neste momento. Defendemos que o retorno deve ocorrer apenas após a vacinação em massa da população, de pelo menos 70 a 75% de vacinados, que possam levar a um controle da pandemia. Em conjunto com isso, defendemos que o retorno das atividades administrativas só devem ocorrer quando houver retorno das aulas. No início da reunião, apresentamos novamente essa posição, mesmo sabendo que não cabia à Copert a discussão sobre o mérito

de haver ou não retorno neste momento. Até mesmo por isso, reforçamos a demanda de uma reunião diretamente com o reitor, já que ele é quem decide sobre o retorno. Relembramos que desde o início da pandemia, não fomos recebidos pelo reitor para discutirmos o tema. Segundo o Professor Mantelatto, que preside a Copert, essa solicitação já foi levada para a chefia de gabinete, mas se comprometeu a levá-la novamente.

Após esse registro sobre nossa posição mais geral sobre o tema, considerando que na prática o retorno já está ocorrendo, resolvemos apresentar um conjunto de reivindicações para ao menos amenizar os impactos dessa política irresponsável da reitoria, e protegermos especialmente os setores mais vulneráveis da categoria.

**Sinteticamente, apresentamos as seguintes questões:**

**1)** Ter uma diretriz que oriente a organização de escalas, com trabalho híbrido (dias alternados) nas unidades/órgãos da administração para diminuir o contato entre as pessoas. As diretrizes atuais até permitem as escalas, mas a princípio pelas questões de espaço. Reivindicamos que essa seja uma orientação geral, não apenas por limitações de espaços, mas também como parte da organização do trabalho neste momento da pandemia.

2) Manter em teletrabalho ou permanência em domicílio os idosos e imunossuprimidos, ao menos até completar 14 dias após a dose de reforço prevista pelo Ministério da Saúde e Governo do Estado

3) Afastamento automático de todos que tenham indicação médica para manter o teletrabalho/permanência em domicílio, sem que seja necessário o encaminhamento para a SAU.

4) Estabelecer como direito, e não a critério de dirigente ou chefia, a manutenção de teletrabalho/permanência em domicílio, ou ao menos o trabalho híbrido, de pais e mães com filho em idade escolar (cujos filhos não retornaram às escolas).

5) Garantia de manutenção de teletrabalho/permanência em domicílio para pessoas que convivem com idosos ou imunossuprimidos, ou ainda, com pessoas com risco aumentado caso contraíam a Covid.

6) Manutenção de teletrabalho/permanência em domicílio, ou flexibilização da jornada diária com autorização de trabalho híbrido para as pessoas que usam o transporte coletivo devido o risco elevado de contaminação.

7) No que for aplicável, implementar essas questões também para os trabalhadores das áreas de atendimento de saúde.

8) Não abrir restaurantes para atendimento ao público e outros locais que provocam aglomeração como as bibliotecas.

O único ponto que foi mais comentado pelos membros da reitoria foi a questão dos laudos médicos. De acordo com os membros da reitoria, o trâmite atual de encaminhamento para a SAU era somente para avaliar questões como a veracidade dos laudos, ou ainda se havia recomendação explícita de manutenção de trabalho. Afirmaram que vários casos já tinham autorização. Infelizmente as informações que recebemos são opostas a essa: **os casos receberam rejeição do Paulo Margarido**. Em todo caso, reafirmamos a solicitação de que o trâmite seja facilitado, a exemplo do que ocorreu no início da pandemia, quando aceitaram até mesmo autodeclaração de comorbidades.

Sobre as escalas, o professor Mantelatto comentou que isso já estava previsto nas atuais diretrizes, mas que levaria o tema para a Comissão Assessora.

O Professor também comentou que a realidade das unidades era muito diversificada, e que por isso a perspectiva da tal Comissão Assessora não era de estabelecer diretrizes gerais muito rígidas. Neste ponto, lembramos que esse tema foi largamente debatido no

último CO, com vários dirigentes reivindicando maior autonomia para as unidades organizarem o trabalho neste retorno, e que o próprio reitor reconheceu essa autonomia. No entanto, logo na sequência a Comissão Assessora baixou novas diretrizes que a nosso ver atentam contra essa autonomia, e que, ao contrário do que disso o professor Mantelatto, tentam engessar as possibilidades locais de adequações.

De resto, não houve nenhuma resposta mais direta sobre as reivindicações, ficou entendido que seriam levadas para a Comissão Assessora. No entanto, já como uma primeira demonstração de desrespeito, mal acabou nossa reunião e foi enviado para os dirigentes um novo documento com diretrizes, que já estava pronto e não incorporou nada do que levamos como demandas da categoria. Isso só reforça que teremos que intensificar a luta e a mobilização, e discutir nas unidades o Indicativo de Greve aprovado na última Assembleia, já que se depender da boa vontade desses gestores, ficaremos cada vez mais expostos aos riscos de contágio e morte.

#### REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br